

A BUSCA DO DIPLOMA COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA: mulheres negras em cursos de alto prestígio social na era das ações afirmativas

THE SEARCH FOR THE DEGREE AS AN INSTRUMENT OF RESISTANCE: black women in high social prestige courses in the era of affirmative action

Rosana da Silva Pereira*

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma abordagem bibliográfica sobre a caminhada da população negra na educação superior, enfocando a necessidade de pensarmos sobre o acesso de mulheres negras em cursos de alto prestígio mediante as ações afirmativas no Brasil. O objetivo deste trabalho está embasado na apresentação de um breve histórico acerca da relevância das políticas públicas de ações afirmativas e o impacto no ingresso de mulheres negras no ensino superior, visto as desigualdades de gênero e raça que embasam as relações no Brasil. As mulheres negras historicamente hipersexualizadas, exploradas e condicionadas ao lugar da subalternidade na sociedade brasileira, em contrapartida a universidade, historicamente um lugar de privilégio social e sobretudo racial. O acesso delas ao ensino superior é sem sombra de dúvidas uma conquista e também um desafio, colocando em pauta a necessidade da representatividade da mulher negra em cursos de alto prestígio social. Diante das transformações significativas da educação superior no Brasil, pertence à universidade refletir acerca das sujeitas que adentram o seu universo e a permanência nele.

Palavras-chave: ações afirmativas; mulheres negras; ensino superior.

ABSTRACT

The present work is a bibliographical approach on the journey of the black population in higher education, focusing on the need to think about the access of black women to high-prestige courses through affirmative action in Brazil. The objective of this work is based on the presentation of a brief history about the relevance of public policies of affirmative action and the impact on the entrance of black women in higher education, given the inequalities of gender and race that underlie relations in Brazil. Black women historically hypersexualized, exploited and conditioned to the place of subordination in Brazilian society, in contrast to the university, historically a place of social and especially racial privilege. Their access to higher education is without a shadow of a doubt an achievement as well as a challenge, raising the need for black women to be represented in courses of high social prestige. Faced with the significant transformations of higher education in Brazil, it belongs to the university to reflect on the subjects who enter its universe and stay in it.

Keywords: affirmative actions; black women; university education.

* Mestranda em Educação: Conhecimento e Inclusão Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Tem experiência na área da Sociologia das Relações Étnico-raciais, Políticas Afirmativas no Ensino Superior, Estudos de Gênero e Sociologia da Educação. Contatos: rosanapereira@ufmg.br; silvarosanassociais@gmail.com

INTRODUÇÃO

A era moderna consagrou-se pelo complexo de institucionalização, permeado pelos jogos de poder e a formação de sociedades disciplinadoras, que atribui às instituições escolares a ideia do controle e da reprodução social (HASENBALG, 1979; GOMES, 2000; CAVALLEIRO, 2000). As instituições de ensino se baseiam no mecanismo de coesão social e do ponto democrático como instrumento da cidadania. A universidade constitui-se como instituição social que possui em sua construção a ideia moderna da autonomia universitária, contrapondo a sua autonomia do saber a religião e ao Estado. Portanto, de acordo com o viés republicano, a universidade é um segmento público e laico.

O ensino superior é visto como fundamentado na formação educacional de cidadãos para os variados segmentos do mercado de trabalho, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996). A mesma indissociada da sociedade hegemonicamente neoliberal, está fomentada como um espaço de prestígio social e a sua criação vincula-se com as demandas da elite intelectual, econômica e política do país. Relações de poder estruturadas na “casa grande e senzala”¹, simbolização de uma sociedade hierarquizada, patriarcal, capitalista, discriminatória, sexista, machista e racista.

Mediante da herança do racismo estrutural culturalista que inferioriza a população negra, legitima a elite cultural e menospreza as possibilidades de ascensão dos grupos marginalizados historicamente, é na educação que se tem as desigualdades. As instituições escolares frutos do processo de colonização do pensamento social brasileiro, denotando em sua constituição a ideias da universalidade, simultaneamente com o projeto eugenista¹, a qual a educação foi incluída neste projeto, sustentando a ideia de racionalidade branca como tipo ideal de civilização, são as representantes e reprodutoras de uma ordem racializada (SOUZA, 2017).

O racismo estrutural se consolidando como mola propulsora para as desigualdades raciais “[...] é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja,

¹ O Projeto Eugenista no Brasil se constituiu quanto um movimento que visava “higienizar” a população brasileira da raça impura, isto é, “limpar a população pura (branca) da presença dos impuros (negros). O termo Eugenia criado e propagado por Francis Galton, em 1883 e aqui no Brasil, nos primeiros anos do século XX, este movimento amplamente propagado da Europa, foi rapidamente difundido aqui no Brasil pela elite intelectual da época.

do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural [...]” (ALMEIDA, 2017). Como parte da estrutura, o racismo não se exime das práticas sociais, muito pelo contrário, como afirma Anthony Giddens e Philip W. Sutton (2016) a estrutura “é viabilizadora, não apenas restritora”, o racismo acionado exatamente por causa da estrutura estabelecida socialmente e culturalmente se auto regula e direciona de forma determinista os campos de atuação dos atores sociais.

O racismo no Brasil é estrutural, estruturante e como advoga o sociólogo Oracy Nogueira (1985) na obra “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem” discutindo a relevância do Projeto Unesco na constatação do preconceito racial no país, ao realizar a comparação entre as desigualdades raciais nos Estados Unidos e no Brasil, evidencia que no nosso país o preconceito é de marca, enquanto nos Estados Unidos da América, de origem. O preconceito, portanto, é estipulado como disposição produzida pela e para a sociedade sob grupos estigmatizados pela raça.

No desempenho da educação brasileira como uma instituição reguladora a sociedade, a sua atuação na lógica do capitalismo patriarcal de mercado, se institui na prática do racismo e na ideia da meritocracia escolar, negando questões como vulnerabilidades social, desigualdades de gênero e raça como determinantes para a evasão e fracasso escolar no espaço social (SOUZA, 2017).

A consolidação no ensino superior ao longo do século XX emergiu pela criação e fortalecimento de cursos considerados de elite e enfatizou exatamente o projeto de nação da elite brasileira. Estes conhecidos pelo prestígio social em virtude das demandas da elite colonial. Os privilégios estavam enraizados na cultura desta elite ascendendo sobre os problemas provenientes das desigualdades raciais e sociais no país. Sendo a elite intelectual branca, a universidade esteve atrelada a ideia de superioridade e poder, em contrapartida a população negra estava a mercê do racismo estruturante e estruturado, tendo as entidades do movimento negro de suma importância para a luta pelo acesso à educação, partindo em sua história de luta, a princípio a ideia da universalidade para a necessidade de ações afirmativas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 em seus princípios norteadores condicionam elementos como acesso e permanência no ambiente

escolar (Art. 3º, inciso I) (BRASIL, 1996). Em seu artigo 205 (BRASIL, 1998) a educação está garantida como um direito de todos, sendo de extrema importância para a formação cidadã. Neste sentido a progressão nos níveis escolares são vistos socialmente como determinantes para a garantia de melhores vagas no mercado de trabalho. Portanto, a educação de acordo com as diretrizes que regem a educação no país é imprescindível para o desenvolvimento humano (LDB, 1996).

A nossa vivência no cotidiano inevitavelmente nos faz compreendê-lo de forma naturalizada. Nas Ciências Sociais, o termo “imaginação sociológica”, cunhada por Charles Wright Mills (1972) nos permite “olhar por trás das janelas”, compreender três elementos fundamentais que são a história, a biografia e as estruturas sociais. Para o entendimento da experiência individual de cada um é necessário se entender como ocorre o processo de transformação da história nas sociedades (MILLS, 1972, p. 12). Pesquisar e estudar como se dá o processo de acesso e permanência das mulheres negras no ensino superior é conhecer nossas próprias experiências. O olhar por trás das cortinas dinamizado pela imaginação sociológica sobretudo em cursos de alto prestígio se constitui como um desafio que não somente uma revisão bibliográfica acerca da temática possa findar a questão, muito pelo contrário, é o início de algo maior. Mesmo com poucos estudos acerca da temática abordada, é preciso pensar na associação entre a ação afirmativa de reserva de vagas e o acesso de mulheres negras em cursos de alto prestígio no Brasil.

O presente artigo, busca explicar as transformações importantes na universidade brasileira, em relação aos novos corpos que a adentra, compreendendo que esse processo é fruto da luta do Movimento Negro Brasileiro ainda é o início da caminhada negra no ensino superior. Ao refletir as desigualdades de gênero e raça, releva a importância dessa discussão e estudos na área, inicia sua abordagem com o papel do movimento negro para a educação no Brasil. Destacando o Movimento Negro em sua pluralidade como educador, sendo essencial para a caminhada para a adoção das Ações afirmativas no Brasil, trazendo contribuições de Nilma Lino Gomes (2017), Dyane Brito Reis Santos (2009) e Ana Célia da Silva (2017), a seção ressalta que os movimentos sociais negros ao pautarem a educação como possibilidade valiosa de ascensão social da população negra e pobre vislumbram que as ações afirmativas são um direito desta população.

Sabemos que o espaço universitário historicamente é um excludente e de perpetuação do poder intelectual. O acesso das minorias sociais a este espaço, tornaram-se realidade a partir da luta de movimentos sociais. O protagonismo destes movimentos, demonstram que não há no Brasil, conquista de direitos sem luta. O acesso às ações afirmativas no Ensino Superior demarca uma conquista importante para a população negra do país. Se configurando como políticas públicas de caráter reparatório, as ações afirmativas além de democratizar o acesso ao ensino superior, fornecem novas perspectivas de estudo sobre os lugares que a população negra está localizada.

Em “Cenário da educação pública e cursos de alto prestígio social”, baseia-se em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011), posteriormente apresentando as contribuições de Delcele Mascarenhas Queiroz (2001), a noção de campo novo sobre as mulheres negras em cursos de alto prestígio, fundamenta-se em dados gerais sobre o ingresso da população negra em cursos de alto prestígio social apresentada por Ristoff (2014).

A conjuntura universitária constituída pelas transformações ocorridas pelas políticas públicas dos últimos anos, condicionou novas possibilidades de democratização do acesso ao ensino superior, massificando o ingresso de sujeitos sociais, negligenciados historicamente pelo sistema educacional excludente do país, sobretudo nos cursos superiores de alto prestígio social. O pensar a possibilidade do ingresso de mulheres negras em cursos de alto prestígio social, é o eixo do trabalho, apesar da insuficiência de trabalhos e dados sobre a temática, é possível a partir da revisão bibliográfica sobre raça, gênero e as ações afirmativas, construir o argumento que o próprio estudo sobre as ações afirmativas é recente no país, por isso, pensar mulheres em cursos de alto prestígio social ainda é desafiador.

O MOVIMENTO NEGRO É TAMBÉM MOVIMENTO EDUCADOR

O Brasil em sua composição étnica-racial possui contribuição de povos brancos, negros, indígenas, asiáticos e ciganos. A diversidade é elemento mistificador da sociedade brasileira. A miscigenação é um componente identitário do país, e utilizando este pressuposto que o mito da democracia racial se respaldou e ao mesmo tempo que a política do branqueamento se instala. A Identidade

brasileira emerge no paraíso racial, em que as tensões raciais e sociais inexistem. Mediante a referida ideologia, os Movimentos Sociais Negros no Brasil se colocam historicamente como um grande movimento histórico social, cultural e político que se ergue a categoria raça como instrumento de luta, evidenciando a democracia racial como um mito na sociedade que desconsidera a existência das tensões raciais e os percalços vividos pela população negra em decorrência do racismo culturalista e estruturalista do país.

Nilma Lino Gomes (2017) ressalta que:

No caso do Brasil, o Movimento Negro ressignifica e politiza afirmativamente a ideia de raça, entendendo-a como potência de emancipação, e não como uma regulação conservadora; explicita como ela opera na construção de identidades étnico- raciais. Ao ressignificar a raça, esse movimento social indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas (GOMES, 2017, p. 21).

A União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro por exemplo, na década de 40 seguiram realizando denúncias e contestações acerca da discriminação e democracia racial no país, a partir da valorização da cultura negra, esses dois movimentos políticos condicionam–identidade racial como algo importante. A Frente Negra Brasileira² sendo importante neste processo, mesmo com a vigência até 1937, de combater o racismo e fomentar melhores condições de educação, saúde e trabalho para a população negra no Brasil. Em pensar que neste período, a população negra era inibida de frequentar o ensino básico.

A questão cor retornando para o censo demográfico brasileiro, a partir das reivindicações dos movimentos sociais negros, entretanto até a década de 80, não houve a afirmação do Estado Brasileiro quanto a importância das ações afirmativas para a educação para a população negra, isso porque, historicamente as desigualdades raciais implicaram em dois mundos³ (SANTOS, 2009).

² A Frente Negra Brasileira foi um movimento negro brasileiro criado na década de 30, que posteriormente tornou-se um partido político, entretanto teve vigência até o golpe de 1937.

³ Os dois mundos se referem ao Mundo do Negro e do Branco, ressaltado na obra “O negro no mundo dos brancos”, de 1972, do autor de Florestan Fernandes. De acordo com o autor no Brasil havia uma segregação racial mesmo que velada, evidenciada pelas desigualdades de oportunidades entre negros e brancos.

No estudo, intitulado *As Elites de Cor: um estudo de ascensão social*, Thales de Azevedo explana a compreensão sobre a dinâmica do processo de ascensão social “das pessoas de cor” a partir indicando os possíveis caminhos para a “mobilidade vertical”. Dentre os possíveis canais de ascensão social englobaria o comércio, a política, as artes, a educação, etc. O autor aponta que:

[...] o principal canal de ascensão social, através o qual grande número de pretos e mestiços têm adquirido status elevado, é a educação no duplo sentido de boas maneiras e de uma instrução de elevado nível, além da adesão aos mores e concepções da cultura dominante, o que, em última análise, é um problema de aculturação ou de mais completa integração das massas de cor na sociedade dominante (AZEVEDO, 1955, p. 198).

As desigualdades educacionais no Brasil foram reforçadas pelo advento da modernidade. A acentuação desta lógica está vinculada ao processo de industrialização e urbanização, que na década de 50 inicia-se em ritmo acelerado e desta forma a necessidade de abertura de espaços universitários e a fomentação de formação de profissionais liberais. Nos anos 80, o sistema econômico impulsionou a criação de instituições de nível superior de ordem privada, criando assim uma linha de frente que além de acessar espaços educacionais, ainda direcionam para a ocupação dos melhores ambientes de trabalho. Em contrapartida a raça e a classe enfrentam barreiras para o sucesso educacional. Partindo deste pressuposto, que os movimentos sociais negros, que decerto desde o fim do processo de escravidão, se colocam favoráveis às reivindicações educacionais, irão ser cruciais para a inclusão deste grupo social. Para Gomes (2017) a atuação do Movimento Negro na educação:

A educação é o campo escolhido para as reflexões aqui realizadas devido ao fato de ser um direito social, arduamente conquistado pelos grupos não hegemônicos no Brasil e que durante muito tempo foi sistematicamente negado aos negros e às negras brasileiras. Na luta pela superação desse quadro de negação de direitos e de invisibilização da história e da presença de um coletivo étnico-racial que participa ativamente da construção do país, o Movimento Negro, por meio de suas principais lideranças e ações dos seus militantes, elegeu e destacou a educação como um importante espaço-tempo passível de intervenção e de emancipação social, mesmo em meio às ondas de regulação conservadora e da violência capitalista (GOMES, 2017, p. 24).

Podemos considerar que o Movimento Negro é formado por todas aquelas pessoas que lutaram pelas vidas negras. A caminhada até a adoção das ações

afirmativas teve lutas protagonizadas pelo movimento negro (ou melhor, pelos movimentos negros), sujeitos que dinamizaram a história da população negra na educação do país, a partir das lutas promovidas pelos movimentos sociais por igualdade racial e contra a discriminação racial. Como protagonistas do desenvolvimento social da população negra, o movimento negro se faz em seu pluralismo e “[...] o seu esforço para instituir uma educação que contemple o processo civilizatório e desenvolva a identidade e estima negra.” (SILVA, 2017, p.140).

AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR

Em meio as lutas pelo acesso à educação da população negra, a Marcha Zumbi dos Palmares na cidade de Brasília em 1995 e a participação do Brasil na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância de Durban foram importantes acontecimentos para a implantação das primeiras iniciativas de reserva de vagas para o ensino superior. (SILVA, p. 2017)

Em 2001, a Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, em Durban⁴, a qual o Estado Brasileiro admitia as desigualdades raciais no âmbito educacional brasileiro e a admissão de implantação de medidas que reparassem as desigualdades educacionais do ponto de vista do ensino superior e consequentemente no acesso ao mercado de trabalho. Sendo assim, as ações afirmativas de reserva de vagas são aprovadas em virtude da pressão estabelecida pelos movimentos negros, no encaminhamento para o Congresso Nacional Brasileiro o Projeto de Lei nº 3.627 de 20 de maio de 2004.

Somente em agosto de 2012, foi sancionada pelo Supremo Tribunal Federal a Lei nº 12.711/2012, às políticas de ação afirmativa de acesso que constitui como uma prática referente a luta pela igualdade de oportunidade, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médios públicos, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos.

⁴ A conferência de Durban foi a primeira conferência patrocinada pela Organização das Nações Unidas, realizada em 31 de agosto e 8 de setembro de 2001 na cidade de Durban, na África do Sul.

O principal objetivo da ação afirmativa para as pessoas negras é combater o racismo e seus efeitos duradouros de ordem psicológica. Outra meta importante é introduzir mudanças de ordem estrutural e de convivência entre os chamados “diferentes”. Em nossa perspectiva, a questão da “convivência entre os (as) diferentes” como introdutora de mudanças de ordem estrutural só faz sentido quando se desconstruem as estruturas da igualdade (DA SILVA, 2003, p. 21).

Veementemente Kabengele Munanga (2001) é um dos autores pioneiros na defesa da implantação das ações afirmativas no ensino superior, para ele a política de cotas é um mecanismo de reparação histórica, visto que o preconceito racial sempre existiu no Brasil, “O racismo contra negros não recuou nos Estados Unidos. Mas hoje, graças ao conhecimento adquirido com cotas, eles tiveram uma grande mobilidade social, jamais conhecida antes” (MUNANGA, 2001, p. 41).

As políticas de ações afirmativas⁵ contribuíram para o crescimento do número de estudantes matriculados nas instituições públicas federais cresceu 232% em relação aos anos de 2000 a 2010 (RETRATOS DO NEGRO NO BRASIL, 2014). Ao ponderarmos os dados do Censo da Educação Superior de 2013, são 743.821 estudantes negros cursando uma universidade e 268.542 cursando instituições públicas federais (HERINGER, 2014).

A ação afirmativa de acesso no ensino superior, mesmo que seja um grande avanço, para que as universidades públicas tenham mais estudantes negros e pobres, é preciso o reconhecimento de que a luta não foi findada, isso porque, depois que os estudantes ingressam na universidade, existem questões que perpassam pela permanência desses estudantes e é exatamente nessa questão da permanência que a universidade deve criar mecanismos para que esses estudantes consigam permanecer no ensino superior, adentrando os espaços de ensino, pesquisa e extensão (SANTOS, 2009).

Então, em 4 de abril de 2010 foi sancionada a lei nº 10.861 pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que dispõe em seu artigo 1º sobre a oferta e expansão no aumento da Política de Assistência Estudantil nas universidades. Logo, todas as Universidades Públicas Brasileiras devem ofertar políticas de assistência estudantil, para a garantia da permanência dos estudantes em vulnerabilidade social e econômica no ensino superior.

⁵ As políticas públicas de ações afirmativas são medidas especiais e temporárias de caráter reparatório tomadas pelo Estado para a garantia da inclusão social.

A conservação das políticas de ações afirmativas no ensino superior, possui um simbolismo assumido pelo Estado Brasileiro, de que é preciso solucionar os problemas de desigualdades educacionais do país, comprometendo-se com a educação e a universidade se colocando como um dos caminhos para o início da formação e transformação da realidade social da população negra, historicamente boicotada pela sociedade brasileira.

O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E OS CURSOS DE ALTO PRESTÍGIO SOCIAL

Conforme dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a maioria da população do país é negra, somando-se 97 milhões de pessoas. De acordo com os dados, são 191 milhões de brasileiros, 91 milhões que se declararam brancos, 97 milhões de pretos e pardos, dois milhões amarelos e 817 mil indígenas.

O IBGE inclusive em 2017, divulga dados da taxa de analfabetismo entre a população branca era de 4,0% enquanto a da população negra era de 9,3%, as mulheres possuíam em média 6,8% já os homens 7,1%, no Nível Superior a população de 25 anos ou mais se apresentava em 22,9% de pessoas brancas, sendo 9,3% de pretos/pardos. Mediante a evidência quantitativa da maioria da população ser da raça negra, está maioria não está presente no ensino superior conforme dados.

O cenário da educação superior no Brasil se modifica com a expansão e democratização do acesso ao ensino superior, valendo destacar o crescimento voltadas as instituições de nível superior público. Dilvo Ilvo Ristoff (2014) ressalta que “[...] o crescimento se manteve constante e, no período assinalado, ocorreu em sintonia com as políticas globais de inclusão social, passando a expansão a estar visceralmente associada à democratização do campus brasileiro [...]” (p.724).

Continuando a citar Ristoff (2014) ao realizar uma análise de perfil sócio econômico dos estudantes de graduação, a partir do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), explana em seu trabalho que o cenário universitário Brasileiro abrange uma camada branca, considerando o 20% mais branco que a própria sociedade brasileira. Cursos como de Medicina Veterinária, Medicina, Psicologia, Odontologia e Direito possuem maior ingresso da população

branca, entretanto o autor salienta que as políticas públicas auxiliam na diminuição deste cenário.

Embora muito lentamente, o curso de Medicina torna-se a cada edição menos branco, auxiliado em grande parte pelo Prouni e pelo Fies, nas IES privadas, e pela Lei das Cotas, nas Instituições Federais. O que se observa na Medicina com relação à presença de estudantes brancos pode ser de forma muito mais acentuada em todos os cursos de graduação. No curso de Psicologia, por exemplo, o percentual de brancos diminui 7% somente no último ciclo, passando de 73% para 66% (RISTOFF, 2014, p. 731).

Conforme os dados de 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstra que 9% dos jovens negros entre 18 a 24 anos estavam no ensino superior, entretanto jovens da mesma faixa etária da raça branca, os dados mostram que este número aumenta para 25,6%. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) concluiu que apenas 6,13% concluíram seus cursos, enquanto esse percentual é ainda menor com 2,66% para os negros que cursam medicina.

A Flacso/Brasil, em 2013 publica um estudo que destaca que a Medicina é a única área das 47 estudadas por eles, a qual seus estudantes haviam enriquecido com a mesma. (RISTOFF, 2014). A medicina é um curso de alto prestígio social, juntamente com outros cursos da área de saúde, engenharias e direito, foram o grupo de cursos considerados de branco.

Os cursos considerados de alto prestígio social que emergem na educação superior no Brasil, Delcele Mascarenhas Queiroz (2001) realizou uma investigação sobre as profissões ao mercado de trabalho de prestígio social, considerando os cursos da Universidade Federal da Bahia, Queiroz classificou as carreiras como de alto, médio alto, médio baixo e baixo. Os cursos na pesquisa considerados de alto prestígio social são Medicina, Direito, Odontologia, Administração, Ciências da Computação, Engenharia Elétrica, Psicologia; Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Arquitetura e Engenharia Química.

A pesquisa de Queiroz trouxe contribuições para a denúncia das segmentações raciais na universidade em relação à inserção estudantil por cursos, bem como abre caminho para outras pesquisas que venham aprofundar questões e constatações do estudo realizado. Além de fortalecer a importância de políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior, alerta para as questões de desigualdade na universidade, sobretudo, na especificidade do acesso aos cursos tidos como de alto prestígio social. As desigualdades entre segmentos sociais, na perspectiva de Queiroz, intensificam-se na medida em que se elevam os graus

de escolaridade. Por isso, a autora considera o ensino superior um campo importante para examinar a atuação do sistema de ensino, no que tange à reprodução das desigualdades sociais (OLIVEIRA, 2017, p. 19).

Os cursos de Medicina e Direito historicamente representam a elite brasileira. O alto prestígio social vincula-se com a forma a qual está estruturada a sociedade, chamados de “profissões imperiais” (VARGAS, 2010).

Pode-se dizer que o prestígio das carreiras se forma pelo agregado de seu valor simbólico e de mercado, refletindo em cursos de acesso mais disputado. Essa disputa, por sua vez, revela forte caráter de seleção social, observado, por exemplo, nos quesitos renda e cor do alunado (VARGAS, 2010, p. 5).

Os cursos de alto prestígio social, portanto, se relacionam com o contexto histórico e a construção social, vinculados às demandas das classes altas brasileiras, os cursos de alto prestígio social no mercado de trabalho são aquelas que possuem maior remuneração. Neste sentido, aqueles que possuem melhores oportunidades, qualificações educacionais, adentram nestes cursos e formam-se em cursos de doutor.

É POSSÍVEL PENSAR MULHERES NEGRAS, ENSINO SUPERIOR E CURSOS DE ALTO PRESTÍGIO SOCIAL?

As mulheres historicamente são socializadas culturalmente para a atuação de tarefas da esfera íntima, relacionadas a maternagem, cuidado e serviços domésticos, enquanto os homens estão voltados aos espaços públicos como política, poder, produção, etc., evidenciando as desigualdades de gênero no campo social. As mulheres negras, sobretudo, estão bem mais à margem que as mulheres brancas, principalmente quando se trata de questões educacionais.

[...] Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as regras têm sido consideradas “só corpo, sem mente”. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as “mulheres desagradadas” deviam ser controladas (HOOKS, 1995, p. 469).

Raça e Gênero são categorias instituídas por construções sociais aprendidas a partir das instituições sociais. Na história da educação no Brasil, as

categorias raça e gênero estiveram negligenciadas pela perpetuação da ideologia hegemônica dominante machista e racista, que acompanhadas da desvalorização e precarização do trabalho das mulheres negras, que aliás são pensadas socialmente para os serviços subalternos. O controle das mulheres negras num âmbito profissional, adentrando o imaginário brasileiro de mulheres negras estereotipadamente em lugares de subalternidade profissional e sexual.

De acordo com Lélia Gonzalez (1979), a mulher negra é vista apenas a partir de dois tipos de qualificação, a doméstica e a mulata. A educação para a população negra, sobretudo para as mulheres, emerge na necessidade de evidenciar que corpos historicamente subalternizados ditos improváveis em lugares de prestígio social, podem ultrapassar as barreiras impostas pelo racismo institucional, ocupar e resistir através das políticas de ações afirmativas nestes espaços.

A socióloga Kimberle Crenshaw, aponta a intersecção das variáveis gênero e raça (2002), as representações identitárias de gênero e raça, em que a intersecção podem se caracterizar como marcadores de exclusão “[...] repertórios de representação e práticas representacionais, que têm sido utilizados para marcar a diferença racial [e de gênero] e significar o Outro “racializado [e sexualizado] na cultura popular do Ocidente [...]” (HALL, 2010, p. 424), e a forma que as mulheres negras estabelecem estratégias para enfrentar o processo de exclusão, e traçar trajetórias “improváveis”, elas lutando e exigindo suas presenças em espaços políticos e de poder.

De acordo com Delcele Mascarenhas Queiroz (2001), existe uma naturalização do processo de segregação e invisibilidade das mulheres na sociedade, sendo classificadas e sub julgadas perante as instituições sociais que formam o contexto social. De fato, uma sociedade machista, a qual os espaços de poder estão atrelados a presença masculina, negligencia propositalmente a possibilidade de inclusão das mulheres nesses espaços, sobretudo as mulheres negras que ao serem historicamente marginalizadas e postas em espaços subalternos, influenciam as trajetórias de muitas gerações e perpetuando uma ordem.

Em relação a presença de mulheres no Ensino Superior, de acordo com dados do IBGE (2018), levantados pela pesquisa “Estatística de gênero-indicadores sociais das mulheres no Brasil”, aponta que as mulheres estudam mais que os homens. O percentual de homens de 25 a 44 anos de idade que terminaram

a graduação é de 15,6%, enquanto o de mulheres na mesma faixa etária de idade é de 25,5%. Entretanto, as mulheres brancas que possuem o nível superior completo são de 23,5%, enquanto de mulheres negras (pretas e pardas) é de 10,4%. Nota-se que o percentual de mulheres negras com ensino superior completo é menor e isto é explicado por razões históricas e sociais.

O Ensino Superior se torna uma possibilidade de ascensão social, sobretudo em cursos considerados de alto prestígio social. O processo de acessibilidade das mulheres negras ao ensino superior, inicialmente em cursos ligados ao cuidado, em áreas como a Educação e Saúde, entretanto, nas últimas décadas os cursos de prestígio social, como Medicina, Arquitetura, Engenharia e Direito vêm sendo mesmo que de forma tímida, em comparação com o acesso masculino nesses cursos, um avanço significativo, partindo do pressuposto que as mulheres negras não são pensadas socialmente nestes lugares. Ao adentrar nestes cursos de prestígio social, as mulheres negras rompem a lógica e a quebra do paradigma profissional. (QUEIROZ, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Karl Marx e Friedrich Engels ao sintetizar a concepção de materialismo histórico-dialético, há a defesa da luta de classes no contexto capitalista em prol da justiça social. “[...] A história de todas as sociedades que já existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes [...]” (MARX; ENGELS, 1999, p.7). A educação neste contexto capitalista toma como mola propulsora para as camadas populares de melhoria de condições de vida. A universidade pública neste aspecto, emergindo em uma sociedade baseada no racismo é um mecanismo de ascensão social e critério de exclusão social.

A era das ações afirmativas de acesso e permanência estampou como tema de diversas produções científicas e nos informou que a obtenção de um diploma de nível superior possui uma das maiores taxas de retorno para o indivíduo, é, portanto, na universidade, a busca pela mobilidade social (SILVA, 2003, p. 59).

O presente trabalho é apenas um estudo inicial e de caráter exploratório e sua continuidade está relacionada a meu trabalho de conclusão de curso. No trabalho se coloca a constatação que a presença das mulheres negras no ensino superior é uma realidade e a existência desse dado possui um caráter político para

a comunidade negra no Brasil. A ampliação de mulheres negras no ensino superior é importante e necessária, se pensarmos que elas correspondem a 25% da população brasileira (IBGE, 2010) e historicamente são reprimidas para que não sonhem em ocupar ambientes de prestígio social. Como evidenciado no trabalho, elas não são pensadas historicamente e socialmente em cursos de alto prestígio, e por isso, o movimento instaurado pelas políticas públicas de ações afirmativas como a reserva de vagas no ensino superior e o programa de assistência estudantil são muito importantes para que a universidade enquanto instituição social esteja transformando.

A condição da mulher negra na sociedade brasileira em sua perspectiva histórica, política e cultural se estabelece a partir dos resquícios coloniais, escravocratas e sexistas. A herança que as desigualdades e discriminações apontam e estabelecem na mulher negra são violências simbólicas. Contudo, pensar que o movimento negro brasileiro luta desde o século passado por melhores condições no mercado de trabalho, na educação, saúde, segurança pública para a população negra e que atualmente a entrada de mulheres negras na universidade em si, é fruto dessa luta, sem dúvidas é de se orgulhar e ao mesmo se indignar pelo fato, de ainda estarmos lutando por direitos que o Estado Brasileiro, que em seu artigo 5º da Constituição Federal, afirma que “todos somos iguais perante a lei”.

Ser mulher negra na sociedade brasileira, é carregar na própria pele a dor da cor. A dor que se reveste em munição para resistir às adversidades que a raça e gênero impõem. Elas ao adentrarem o espaço acadêmico invadem e contemplam a mulher negra fora do lugar, elas se deslocam fora do lugar que a sociedade estabelece ser “o lugar do negro”. Se colocar como mulher negra em cursos de alto prestígio, ao acessarem e permanecerem neste espaço e se formarem como engenheiras, médicas e advogadas é uma conquista coletiva. O diploma como instrumento de resistência. Um instrumento de luta.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019.

ATCHE, Ana Cláudia dos Reis. **Política de ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**

(UFRB) no período de 2006- 2012. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

_____. (1955), **As Elites de Cor**: Um Estudo de Ascensão Social. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em Acesso em 10 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso: 27 fevereiro de 2019.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura, In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a. p. 30-70.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Discursos e práticas racistas na educação infantil: a produção da submissão e do fracasso escolar. In: QUEIROZ, D. M. et. al. (Org.). **Educação, racismo e anti-racismo**. Salvador: UFBA, 2000. p. 193-219.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revistas Estudos Feministas**: Florianópolis, semestre 1, 2002.

DECLARAÇÃO, DE DURBAN E. PLANO DE. AÇÃO. In: **III Conferência Mundial de Combate Ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. 2001. Disponível: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf. Acesso: 10 março. 2019

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFA, 2008.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia**. São Paulo: Unesp, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por Emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 154 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2010.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.

HERINGER, Rosana R. Um balanço de 10 anos de políticas de ação afirmativa no Brasil. **Tomo**, n. 24, p. 9-45, jan/jun, 2014.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, n.2, p.464-478,1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatística de gênero- indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados sobre o censo 2010**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?. Acesso em 16 de julho de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados sobre o censo 2016**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php? Acesso em 16 de julho de 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. MEC. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior: 1991-2012**. Brasília: INEP, 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas>. Acesso em: 13 jan. 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rocket Edition, 1999. Edição eletrônica. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso em: 20 julho de 2019.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MUNANGA, Kabengele, Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e Preconceito racial de origem. **Tempo Social**. São Paulo. v. 19. n.1. nov 2006. p. 200-300.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectiva. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16.n.3, p.887-896, Set/Dez, 2008.

OLIVEIRA, Soraia dos Santos de. **Afiliação Universitária: Trajetórias de estudantes cotistas e não cotistas em cursos de alto prestígio social na Universidade Federal da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2017.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Raça, gênero e educação superior**. 2001. 302 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

RETRATOS DO negro no Brasil. **Rede Angola**, Luanda, 24 out. 2014. Disponível em: <http://www.redeangola.info/multimedia/retrato-dos-negros-no-brasil/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

REIS, Dyane Brito. Do mito ao fato: um apanhado histórico dos estudos sobre relações raciais e desigualdades educacionais. **Cadernos ANPAE**, v. 8, p. x/x, 2009.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação**, Campinas, SP, v. 19, p. 723-747, 2014.

SILVA, Cidinha da. Ações afirmativas em educação: um debate para além das cotas. In: _____ (Org.). **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. São Paulo: Summus, 2003.

SILVA. Martins Fernando Luiz. **Ações Afirmativas: Políticas Públicas contra as desigualdades raciais**. Coleção políticas da cor. Ed. DP & A, 2003.

SILVA, Ana Célia da. **Retrospectiva de uma trajetória de ações afirmativas precursoras à Lei nº10.639/03**. Salvador: Hetera, 2017.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava Jato**, São Paulo: Editora Leya, 2017. 242p.

VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. **Para além das cotas: contribuições sociológicas para o estudo das ações afirmativas nas universidades brasileiras**. Jundiaí, Paco Editorial:2016.

VARGAS, Hustana Maria (2010). **Aqui é Assim: tem curso de rico pra continuar rico e curso de pobre pra continuar pobre**. Apresentado na 33ª Reunião da ANPEd, GT 14 Caxambu, 02 de outubro a 05 de outubro. Internet/endereço: www.anped.org.